

| 1012 | O ACESSO LIVRE À INTERNET FAZ UM ESPAÇO PÚBLICO MAIS PÚBLICO?

O CAMPINAS DIGITAL NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA CULTURAL

Renato Manjaterra Loner

Resumo

Pretende-se estabelecer uma relação entre o uso de um ponto de acesso público e gratuito à internet em uma praça pública e o fluxo presencial de pessoas nessa praça, explorando seu potencial de transformação do espaço e as implicações dessa transformação a partir de um caso: O Campinas Digital. O projeto prevê acesso gratuito à internet em espaços públicos da cidade e elegeu em dado momento como seu primeiro ponto externo à Prefeitura Municipal o Centro de Convivência Cultural, um equipamento que reúne um teatro interno, um teatro de arena e áreas de passeio e convívio, no Cambuí, bairro de concentração de domicílios de famílias de alta renda e crescente presença dos setores de comércio e serviços. A escolha preteriu uma série de centralidades periféricas com igual ou maior concentração de pessoas sob justificativas técnicas como a proximidade com o servidor instalado no Paço Municipal, o contato visual entre as antenas e o potencial presumido de utilização do ponto. A verificação desses motivos alegados pela municipalidade para selecionar o espaço, entretanto, revelou que o mecanismo se determinou a partir de outras implicações de ordem econômica e política. O estudo dos critérios utilizados, e de seus prós e contras pode oferecer subsídios tanto para a eleição dos próximos pontos de acesso livre a ser construídos quanto para a compreensão dos elementos condicionantes do processo.

Palavras-chave: cidade digital, internet, governo eletrônico, gestão urbana, sociedade informacional.

1. Introdução

Para apresentar o problema abordado no presente trabalho faz-se necessária, antes mesmo da apresentação dos elementos empíricos envolvidos nessa análise: a praça, a conexão com a internet e suas implicações, uma breve contextualização do sítio sobre o qual se dão as relações: a cidade de Campinas.

Fundada em 1774, num esforço da Coroa Portuguesa para consolidar um pouso no caminho que levava ao interior do Brasil, entre Jundiá e Mogi Mirim, a cidade teve sua economia baseada nas monoculturas da cana e, depois, do café até o século XIX, quando sua localização no entroncamento de caminhos e ramais férreos proporcionou um acelerado crescimento urbano. Dada a sua importância estratégica, que remonta à razão de sua própria fundação, a cidade cresceu sob rigoroso controle dos donos de terras.

Ao final do século XIX, quando uma epidemia de febre amarela dizimou 30% da população da cidade, Campinas se pôs em um processo de reconstrução que se estendeu até

depois da chegada das ideias modernistas. Na cidade de herança cultural cafeeira, o ideário do Movimento Modernista encontrou o contraste que realçou suas cores, influenciando a reconstrução da Cidade e se transformando em um traço do perfil de sua população.

Assim Campinas atravessou as fases natural, técnica, técnico-científica, e esboçou suas primeiras investidas de gestão urbana pela organização do espaço dentro da sociedade técnico-científica-informacional, em que “[...]ciência e técnica são interdependentes em todos os aspectos da vida social.” (SANTOS, 1996, p.122). O espaço urbano de Campinas se construiu dessa forma “[...] com crescente conteúdo de ciência e de técnicas.” (ibid, p.139).

Neste sítio, se deu a construção dos equipamentos públicos de que trata o artigo: a Praça Imprensa Fluminense, no Cambuí, o passeio público, o Centro de Convivência Cultural, um complexo de lazer com teatros e espaços para exposição e interação - projeto essencialmente modernista - e atualmente o Programa Campinas Digital, em que a Prefeitura Municipal oferece um ponto de acesso livre à internet em banda larga pela tecnologia *Wi-fi*® para a população.

A cidade digital ou inteligente, ou seja, a dimensão digital da cidade, conformada na sua camada virtual em função das transformações do período técnico-científico-informacional, possibilita um rearranjo de fluxos e interações de pessoas e de valores a partir das facilidades oferecidas pela tecnologia da informação. Esse fenômeno é apropriado pelos cidadãos em níveis diferentes em função de diversos fatores: a oportunidade de acesso ao conhecimento e aos meios materiais, inclusão digital, nível de interesse, entre outros. Dentre estes, o acesso ganha importância face ao potencial de intervenção da gestão urbana, dos governos.

O problema tratado neste trabalho é se, no caso em estudo, a gestão de instalação da conexão livre na praça do Centro de Convivência concorre para a universalização do acesso a esses benefícios, se ela age como mais um vetor no sentido do recrudescimento da segregação social e da desigualdade ou se ambos os fenômenos ocorrem simultaneamente e qual a sua relação. Para tanto, será analisada a escolha do primeiro ponto do Campinas Digital e dos critérios aplicados pelo governo municipal nessa seleção.

O trabalho pretende ainda oferecer uma reflexão sobre metodologias para a escolha dos próximos pontos do programa, para que este serviço concorra efetivamente para a democratização do acesso à informação e à interação com instâncias governamentais. A intenção é fornecer subsídios científicos para avaliação e desenvolvimento de políticas públicas direcionadas à constituição da sociedade informacional em bases amplas do uso do território e fundadas na “cultura popular”; do território usado pelos agentes sociais.

2. Sobre os elementos analíticos

2.1. Sobre a espacialidade do Centro de Convivência Cultural

O Centro de Convivência Cultural é um conjunto arquitetônico localizado sobre a Praça Imprensa Fluminense, em rotatória da avenida Júlio Mesquita, no bairro Cambuí, em Campinas. Antes da instalação do complexo o espaço era o passeio público da cidade, construído entre 1876 e 1882 e inspirado no Passeio Público do Rio de Janeiro.

“O antigo bairro do cambuizal ou dos Cambuys, região até então ocupada por sítios, fazendas e moradias populares originadas, inclusive, de antigos quilombos [...]” (MALAVOLTA, 2006) foi escolhido para receber o complexo porque, ao final do século XIX, já começava a sofrer mudanças urbanísticas como o alargamento das avenidas e novos edifícios, que acabaram por induzir o deslocamento das famílias pobres para longe dali.

Entre os anos de 1876 e 1883, vários segmentos da cidade participaram desta construção, a começar pelos fazendeiros que doaram recursos e o trabalho de seus escravos para o ajardinamento e a arborização do espaço. O Passeio Público sofreu muitas transformações no curso do século 20, acompanhando as mudanças da cidade. Novas avenidas foram abertas para dar passagem ao fluxo progressivo de pessoas e carros, novas casas e edifícios reurbanizaram a área, empurrando para longe as antigas e populares moradias que originaram o bairro Cambuí. (ibid, 2008)

Ainda hoje, o Cambuí concentra, além de um denso setor de comércio e serviços, domicílios em que a renda do responsável é sensivelmente superior à média do município (IBGE, 2010).

A análise dos Microdados da amostra do Censo Demográfico de 2010 mostra que, se comparadas as frações de renda média do responsável pelos domicílios, no município de Campinas, no bairro Cambuí (correspondente à área de ponderação de número 3509502005012) e no entorno da Praça Imprensa Fluminense (setor censitário 350950205000102) pode-se perceber, por exemplo, que a concentração de domicílios onde o responsável auferir renda superior a 10 salários mínimos cresce à medida em que se aproxima da praça, bem como cai a quantidade de domicílios cujo responsável tem renda de até 3 salários mínimos.

Essa característica do bairro é reforçada por pesquisa do Sindicato das Empresas de Administração Condominial de Campinas (SECOVI, 2008) que aponta o solo do Cambuí como o mais valorizado da cidade.

Para este espaço, então, foi projetado o Centro de Convivência Cultural, pelo arquiteto Fábio Penteadó em 1967, a partir de outros dois projetos do arquiteto que concorreram em concursos nos dois anos anteriores, um na própria cidade de Campinas ("Teatro de Ópera") e outro na cidade de Goiânia ("Monumento à Fundação de Goiânia"). A junção dos dois projetos, com o aumento da escala da praça multiuso no projeto goiano e as finalidades do projeto campineiro redundou no projeto do Centro de Convivência.

Figura 1: Quadras utilizadas para implantação e o CCC hoje.



Fonte: RAC, 2000 - Google Earth

O Centro de Convivência possui quatro edifícios em cruz, dos quais as partes superiores são arquibancadas para o *Teatro de Arena*, com capacidade para aproximadamente cinco mil pessoas. Há um teatro interno, com capacidade para 500 pessoas e um espaço disponível para exposições de arte, além de um outro espaço denominado "Sala Carlos Gomes".

Ainda que a praça seja ocupada tanto por moradores do entorno quanto por grupos que vem de diferentes pontos da cidade, os demais espaços não são utilizados. O

Teatro de Arena raramente recebe eventos de grande porte, tendo sido a última ocupação de grande contingente de pessoas em 2010 por ocasião da Copa do Mundo de Futebol. A Sala Carlos Gomes, onde já funcionou um bar que recebia apresentações de música ao vivo, está hoje desativada, bem como as galerias de arte. O Teatro Interno, em função de graves problemas de acústica e infiltração decorrentes da má execução e de adaptações no projeto original e da deterioração de sua estrutura, encontra-se desativado desde fevereiro de 2012. Sua reforma é um processo demorado e burocrático em função de o complexo todo ser tombado pelos órgãos estadual (CONDEPHAAT) e municipal (CONDEPACC) de preservação do patrimônio histórico.

Assim, o espaço resta hoje com uma função muito mais de valorização do solo da região através do seu embelezamento, do que funcional, de fomento do convívio e da interação de diferentes grupos sociais em um ponto nodal de fluxos e destinos.

2.2. Sobre o Campinas Digital e a política de informatização de Campinas **Os conceitos: cidade digital, governo eletrônico e cidade inteligente**

As emergência das novas tecnologias e sua apropriação é “[...] uma resposta positiva ao crescimento demográfico. Embora também crie problemas.” (LEVY, 1999, p.14). O autor, um dos primeiros a se debruçar com precisão sobre a revolução tecnológica representada pela internet e seus usos, problematiza a cidade à mercê da comunicação interativa generalizada. Trata-se da compreensão da forma como o tecido urbano e particularmente o governo da cidade, vão se reorganizar frente à aceleração da comunicação e do tráfego de informações.

Cidade digital é o resultado do processo de apropriação e aplicação das tecnologias de informação e comunicação pelo governo municipal. O conjunto de sistemas informatizados que faz a interação entre o cidadão conectado e o governo forma uma trama de fluxo de dados em um outro plano que não o espacial, e a essa trama se atribui metaforicamente o nome de cidade digital.

Pierre Levy traça, em *Cibercultura*, já em 1999, uma inteligente analogia entre o impacto do advento da máquina a vapor na vida do “novo” operário e o impacto das novas tecnologias da informação e comunicação na vida cotidiana das cidades, defendendo que os efeitos positivos ou negativos das tecnologias são condicionados pelo uso que se faz delas. “Por trás das técnicas agem e reagem ideias” (LEVY, 1999, p.24). E, ao capítulo intitulado *O ciberespaço, a cidade e a democracia eletrônica*, Lévy inaugura o debate das novas tecnologias e

seu impacto sob o ponto de vista urbanístico, ressaltando que o problema “Como o desenvolvimento do ciberespaço afeta o urbano e a organização dos territórios?” (p.185) não interessa somente aos políticos, urbanistas e planejadores do território, mas diz respeito principalmente aos cidadãos.

Já àquela época se opunham o efeito espontâneo da expansão do ciberespaço e sua colocação a serviço do desenvolvimento através de uma política voluntarista dos poderes públicos. Ou seja, já era evidente que, sem uma ação deliberada do Estado no sentido de colocar a tecnologia a serviço da melhora da vida urbana, esta seria mais um fator de acentuação de desigualdades.

No Brasil, os governos municipais, estaduais e federal vão começar a se apropriar dessas novas tecnologias, oferecer serviços e interagir virtualmente com os cidadãos de forma isolada e incipiente a partir da virada do século, até que em 2010 o Governo Federal institui uma série de fóruns e espaços para a área.

O Programa de Inclusão Digital e a criação de seu Comitê Gestor são algumas dessas iniciativas, bem como a criação da Secretaria de Inclusão Digital no Ministério da Ciência e Tecnologia. Nesse mesmo ano é formado Grupo de Trabalho a fim de elaborar a política nacional de inclusão digital e finalmente lançado o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), que visa levar a internet em banda larga a municípios os mais remotos e distantes do Brasil.

Os atores envolvidos no estudo, no fomento e no entendimento desse fenômeno não se resumem às instancias governamentais, e começam então a se organizar no âmbito do terceiro setor e mesmo na iniciativa privada. Em face à dependência tecnológica do Estado, a atuação de empresas em atividades de intermediação e consultoria ganha espaço.

Um desses empreendimentos é o Guia das Cidades Digitais, que elenca quatro grandes tipos acepções para o termo cidade digital, agrupados em função de experiências que relacionam cidades e novas tecnologias de comunicação: “Projetos que pretendam criar uma representação web de determinado lugar”; a “Criação de infraestrutura de acesso e serviços públicos em uma determinada área urbana para o uso das novas tecnologias e redes telemáticas”; o terceiro tipo “[...] refere-se a modelagens 3D a partir de Sistemas de Informação Espacial para a criação de simulações de espaço urbano”, e a quarta categoria, metafórica, é formada por projetos que não representam um espaço urbano real (...) cidades não enraizadas em espaços” (LEMOS, 2006).

No caso de Campinas, e para efeitos do presente estudo, as iniciativas de construção da Cidade Digital serão agrupadas em dois grandes grupos: um que trata dos

esforços para universalizar o acesso da população à internet, através de rede sem fio e disponibilização de estações de conexão (entre os tipos elencados por André Lemos este seria o segundo) e outro que trata do oferecimento de informações e serviços online ao cidadão (este o grupo em que se reuniram o primeiro e o terceiro dos tipos da classificação do Guia das Cidades Digitais). A alegoria da cidade não referenciada em um espaço físico refere-se menos à gestão urbana do que à compreensão da tecnologia para uso pessoal, assim, não será utilizada no artigo, que trata de Gestão Urbana.

No primeiro grupo estão as gestões de universalização de acesso à informação em rede pela implantação de pontos de acesso livre e gratuito à internet banda larga em espaços públicos. Trata-se da produção da infraestrutura necessária à Inclusão Digital universal através da “iluminação” de espaços urbanos de uso comum.

No segundo grupo as iniciativas referem-se ao estreitamento do vínculo informacional entre o Estado e o cidadão, através de serviços públicos oferecidos online, da disponibilização de informações ao cidadão (de que tratam o inciso XXXIII do Artigo Quinto da Constituição Federal e a Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011) e ainda aquelas no sentido, por exemplo, do reconhecimento virtual do cidadão pela municipalidade, tanto em nível individual quanto coletivo.

2.3. A política de universalização do uso da internet em Campinas

Em Campinas, as ferramentas de inclusão digital e interação virtual entre a municipalidade e o cidadão são desenvolvidas por uma empresa de economia mista que foi criada em 1976 para iniciar o processo de informatização da Prefeitura. Como o objetivo da empresa era fazê-lo de forma integrada entre diversos municípios da região, foi batizada de Informática de Municípios Associados S/A (IMA).

Desde antes portanto da chegada da internet ao nível dos cidadãos, a cidade de Campinas já contava com uma empresa de informática que desenvolvia e analisava sistemas automáticos de armazenamento, indexação e processamento de dados. À medida em que a internet expandiu sua presença no cotidiano da cidade, a empresa foi se apropriando dessa tecnologia, desde a criação e hospedagem do portal da Prefeitura até o desenvolvimento de sistemas totalmente virtualizados (sistemas-web).

Em 2010, a IMA também iniciou a estruturação da sua área de telecomunicações, conquistando a licença da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) para operar serviços de comunicação multimídia, ao mesmo tempo em que iniciou a construção de uma

rede digital em Campinas. Na medida em que esta rede evolui, possibilita a oferta de conectividade gratuita à internet em pontos de interesse público e maior disponibilidade de acesso aos órgãos descentralizados da Prefeitura de Campinas.

Consta desta licença da Anatel a “*finalidade de implantar programas de inclusão digital e melhorar o atendimento à população*” (IMA, 2012). Pelo projeto apresentado à agência, a instalação de treze pontos de acesso e de roteamento de sinal abrangeria 90% da área urbana de Campinas. O primeiro destes pontos em Campinas, instalado em julho de 2010, foi o Centro de Convivência Cultural, na Praça Imprensa Fluminense, no Cambuí. Outros seis novos pontos estão em fase de implantação (2012) em equipamentos descentralizados da Secretaria Municipal de Saúde – Centros e Postos de Saúde.

No segundo grupo de significados de Cidade Digital adotado neste trabalho estão os incrementos ao portal da Prefeitura Municipal, que oferece ao cidadão serviços informatizados que antes dependiam de tramitação presencial, e a disponibilização de um conjunto crescente de informações ligadas à gestão urbana (um exemplo de gestão digital é a da tramitação de reclamações junto ao Procon: o sistema informatizado recebe reclamações de consumidores e permite o acompanhamento do protocolado e de sua tramitação por meio eletrônico, sem que haja necessidade de o usuário, cidadão, reclamante, se deslocar até o órgão).

Os sistemas informatizados de gestão urbana entretanto não se resumem àqueles aos quais o cidadão tem acesso diretamente como usuário, mas também compreendem os sistemas que otimizam processos internos à Prefeitura, como o que faz a Gestão de Alimentação Escolar, GALES®, o INTEGRE® que faz o acompanhamento de toda a vida escolar das crianças que utilizam a rede municipal de ensino, ou o DIM®, Dispensação Individualizada de Medicamentos, que permite o acompanhamento de estoques de remédio e da logística de sua distribuição até o equipamento público municipal mais próximo do usuário.

Estes sistemas, embora não sejam voltados à interface com o cidadão, criam uma gestão eletrônica da cidade. Outro caso em que as informações não são abertas ao público é a Central Integrada de Monitoramento de Campinas, o CIMCamp, que centraliza imagens ao vivo de pontos da região central, formando um banco de dados espaciais da cidade. As simulações do espaço real da cidade e a transposição de seus dados em tempo real, ao vivo, para um simulacro em escala ajudam no planejamento e gestão do espaço.

Dados da CIMCamp foram utilizadas inclusive no presente trabalho, para mensurar o fluxo de pessoas a fruir a Praça Imprensa Fluminense, afim de compará-lo ao

fluxo de pessoas a fruir virtualmente da praça, conectando-se à internet. Se a informação sobre a demanda da rede de dados do Centro de Convivência é obtida através de poucos cliques, a quantidade estimada de pessoas presentes na praça precisou ser calculada a partir das imagens da fração da praça coberta pelo CIMCamp.

3. A iluminação

Um dos objetivos iniciais deste estudo era verificar se a “iluminação” de uma praça concorria e, caso concorresse, em que medida para dar a este espaço um significado ou uso diferente. Como observam Vasconcelos e Mello, “[...] os planos urbanísticos passaram (a partir da década de 1960) a ganhar denominações sempre acompanhadas do prefixo RE - reabilitação, revitalização, entre outras.” (in VARGAS & CASTILHO, 2009, p.53) Assim, interessava mensurar o espectro de uma eventual reconfiguração daquele espaço que houvesse ocorrido em função da instalação do Campinas Digital.

Na Carta de Lisboa, de 1995, Reabilitação urbana é descrita como “[...] a estratégia de gestão urbana que procura requalificar a cidade existente através de intervenções múltiplas destinadas a valorizar as potencialidades sociais, econômicas e funcionais, a fim de melhorar as condições de vida das populações residentes [...]”, enquanto Revitalização urbana “[...] engloba operações destinadas a relançar a vida econômica e social de uma parte da cidade em decadência [...]”. Ao “elenco de termos com significados semelhantes: valorização, revitalização, reabilitação” (Ibid, 2009, p.58) vão se somar os conceitos de requalificação e, na virada do século, regeneração (p.60).

Dessa forma, a disponibilização de acesso livre à internet banda larga em uma praça não pode ser considerada, enquanto ação isolada, uma iniciativa de reabilitação, e tampouco de revitalização, uma vez que não se trata de espaço em decadência. Ao contrário disso no caso em estudo, trata-se de uma região de crescente valorização do espaço e pólo centralizador de investimentos governamentais e privados.

Foi exatamente em função dessa concentração de serviços públicos e da importância que esses investimentos tiveram na valorização do solo na região que o local foi escolhido para receber o primeiro ponto de internet livre banda larga com tecnologia *Wi-fi*®.

Argumentou-se, à época da implantação do ponto, que este seria um importante instrumento de democratização do acesso à informação. Ainda que esse acesso e essa democratização, no modelo do Campinas Digital do Cambuí, esteja restrito aos cidadãos que possuam o equipamento adequado, conforme o site da empresa responsável pelo sistema,

“[...] para obter acesso ao Campinas Digital, o cidadão necessita de um dispositivo, como notebooks, netbooks, tablets ou smartphones, que seja compatível com a tecnologia Wi-Fi” (IMA, 2011).

Quando este trabalho foi idealizado, considerou-se a possibilidade de que o uso presencial da praça e o uso do novo equipamento (a internet livre) se estimulasse mutuamente, fazendo a conexão com que mais gente viesse a utilizar o espaço físico e as pessoas que usualmente fruísem do local passassem a utilizar o *Wi-fi*. O que se verificou, entretanto, através da comparação entre o número de pessoas presentes e conectadas, que não existe relação direta entre os usos do Centro de Convivência e do Campinas Digital.

Tabela 01: O usos presencial e virtual da Praça

Dia	00:00 horas		04:00 horas		08:00 horas		12:00 horas		16:00 horas		20:00 horas	
21/09/2012 sexta-feira	4	1	0	0	12	6	14*	18	3*	20	9*	5
	Download 13.62kb/s	Upload 3.8 kb/s	Download 1.11 kb/s	Upload 2.12 kb/s	Download 490.04 kb/s	Upload 37.66 kb/s	Download 1.05 Mb/s	Upload 87.4 kb/s	Download 1.4 Mb/s	Upload 115.16 kb/s	Download 239.19 kb/s	Upload 25.5 kb/s
22/09/2012 sábado	3*	1	1	0	33**	4	82**	2	57**	1	16	1
	Download 148.12 kb/s	Upload 7.83 kb/s	Download 1.11 kb/s	Upload 1.93 kb/s	Download 1.12 Mb/s	Upload 29.58 kb/s	Download 298.49 kb/s	Upload 16.53 kb/s	Download 11.65 kb/s	Upload 2.77 kb/s	Download 38.37 kb/s	Upload 9.57 kb/s
23/09/2012 domingo	9	2	7	0	14	1	114**	0	15	2	6	1
	Download 489.57 kb/s	Upload 23.22kb/s	Download 6.29 kb/s	Upload 1.99 kb/s	Download 40.52 kb/s	Upload 5.05 kb/s	Download 2.08 kb/s	Upload 2.06 kb/s	Download 162.49 kb/s	Upload 15.53 kb/s	Download 80.83 kb/s	Upload 6.08 kb/s
24/09/2012 segunda-feira	2	0	0	0	30	9	12	18	9	18	17	2
	Download 4.54 kb/s	Upload 2.01 kb/s	Download 1.06 kb/s	Upload 1.57 kb/s	Download 1.21 Mb/s	Upload 56.04 kb/s	Download 1.45 Mb/s	Upload 105.33 kb/s	Download 983.07 kb/s	Upload 78.84 kb/s	Download 128.37 kb/s	Upload 27.08 kb/s
25/09/2012 terça-feira	2	0	0	0	21	8	26	18	10	20	17	1
	Download 1.04 kb/s	Upload 1.56 kb/s	Download 1.04 kb/s	Upload 1.56 kb/s	Download 391.38 kb/s	Upload 27.32 kb/s	Download 1.61 Mb/s	Upload 116.59 kb/s	Download 1.74 Mb/s	Upload 102.48 kb/s	Download 73.5 kb/s	Upload 10.33 kb/s
26/09/2012 quarta-feira	0	1	0	0	7*	9	17	22	13	17	5	2
	Download 11.17 kb/s	Upload 2.31 kb/s	Download 1.01 kb/s	Upload 1.56 kb/s	Download 463.08 kb/s	Upload 71.79 kb/s	Download 2.80 Mb/s	Upload 413.83 kb/s	Download 946.43 kb/s	Upload 78.41 kb/s	Download 130.28 kb/s	Upload 12.67 kb/s
27/09/2012 quinta-feira	1	0	0	0	18	10	13	21	5	22	18	0
	Download 7.07 kb/s	Upload 2.63 kb/s	Download 1.35 kb/s	Upload 1.71 kb/s	Download 861.15 kb/s	Upload 67.98 kb/s	Download 1.98 Mb/s	Upload 188.27 kb/s	Download 1.98 Mb/s	Upload 105.29 kb/s	Download 16.88 kb/s	Upload 5.01 kb/s

Fonte: Imagens do CIMCamp e Informática de Municípios Associados S/A

Fonte: Imagens do CIMCamp e dados da IMA.

De fato, para os moradores do entorno da praça, o bairro Cambuí, a oferta de conexão com a internet não induz a ocupação de um espaço público, uma vez que dos 9.519 domicílios com computadores da área de ponderação correspondente ao bairro, apenas 327 não tem acesso à rede, o que corresponde a aproximadamente 3,43% (IBGE, 2010). Em toda a cidade, a proporção é de pouco mais de 12,98%, de onde se constata a existência de ao menos uma outra área de ponderação com uma proporção muito menor de domicílios conectados à internet.

O fato de estar o Centro do Convivência localizado na área de ponderação de maior concentração tanto de domicílios com computador quanto de domicílios com conexão

à internet desconstrói o argumento do que Ângelo Serpa e outros autores chamam de discurso oficial, de que a instalação do *Wi-fi* no Centro de Convivência seja uma iniciativa de universalização de acesso.

O motivo real da instalação desse equipamento sobre o Cambuí pode ser explicado pelo que Ângelo Serpa aponta em *O Espaço Público na Sociedade Contemporânea* (Contexto, 2009): a valorização do espaço urbano produzida por parques públicos. O autor elenca, em um capítulo todo dedicado à valorização imobiliária, mecanismos pelos quais o oferecimento de um bem à totalidade da população de uma cidade pode surtir, através do aumento do preço do solo, o efeito de segregar populações pobres ou residentes em lugares afastados do parque. A compreensão desses mecanismos pode ajudar por analogia o entendimento dos meios pelos quais se deu a eleição deste local, neste bairro, como o primeiro ponto de internet livre *Wi-fi*.

O discurso oficial, segundo Serpa, defende a ideia de que os novos equipamentos (categoria em que se inserem tanto os parques públicos de que trata o texto quanto o Campinas Digital) tem fomentado um novo comportamento nas atividades de lazer. Entretanto, “[...] os novos equipamentos - em geral distantes dos bairros periféricos - vem segregar ainda mais os mais humildes [...]” (SERPA, 2009, p.51).

Interessante questão é colocada enfim pelo autor no que diz respeito à força com que esse mecanismo se consolida e à ausência de oposição à sua implantação: (mesmo comprovado o efeito de segregação sócio-espacial de um equipamento público) “Quem poderia ser contra a construção de um parque público? Podemos ser contra a natureza? Será que devemos desconfiar do verde?.” (Ibid, 2009, p.61)

Com feito, parece difícil imaginar discurso destoante do hegemônico, se opondo à instalação de um ponto de internet banda larga aberto a toda a população de uma cidade, ainda que em uma localidade valorizada próxima ao centro.

Irrefutável é que, se compararmos as relações entre número de domicílios onde há acesso à internet versus número de domicílios que tem microcomputadores, no município de Campinas e no entorno do ponto do Campinas Digital, podemos constatar que, na soma das demais áreas de ponderação, embora haja um contingente de domicílios com computador, parte significativa destes não tem acesso à internet. Isso se deve em parte ao fato de haver locais no município onde não há oferta de acesso, mesmo privado, à internet, mas também a uma diferença de perfil dos moradores do Cambuí.

A internet livre em banda larga faz parte de uma categoria de incrementos ao espaço urbano apontada por Flávio Villaça, em *O espaço intra-urbano no Brasil*, como

concorrente para a segregação socioespacial. O autor enumera e exsuda outros casos, chegando a nominar seus agentes: “Além de imprimir a uma determinada região geral da cidade um padrão ambiental e estético inexistente no restante do espaço urbano, através da aparência das ruas e edifícios, da arborização, da presença maior de praças, etc., as burguesias implantam nessa região a melhor infraestrutura da cidade [...]” (Villaça, 2001, p. 326).

De fato, levar a internet em banda larga a localidades afastadas do centro da cidade, aonde as empresas privadas de acesso não estendem seus serviços seria uma subverteria essa lógica e imprimiria um novo papel para o Estado, em seu âmbito municipal. E não faltam essas localidades em Campinas: Bairros afastados no entorno de centralidades periféricas como o Campo Grande ou o Ouro Verde estão fora da cobertura das empresas que operam esse serviço na cidade.

Nos casos dessas centralidades, inclusive, há terminais de ônibus que funcionam como um ponto nodal do fluxo da quase totalidade das populações locais e onde o ponto de acesso Campinas Digital produziria uma transformação efetiva e eficaz na realidade do acesso à internet por parte da população como um todo.

Um critério eficiente, coerente e transformador para a determinação dos próximos pontos a ser instalados está disponível nos resultados do próprio Censo 2010: qual é a área de ponderação ou o setor censitário com o maior número de computadores não conectados à internet? Curiosamente, o Cambuí seria a última das localidades.

A constatação da inexistência de relação entre a presença de pessoas na praça e o acesso à internet pelo ponto *Wi-fi* ali instalado desconstrói o argumento usado para a seleção deste ponto, e nos leva a buscar na literatura sobre gestão de espaços públicos intra-urbanos e sua gestão as verdadeiras razões dessa escolha.

4. Sobre o método e procedimentos

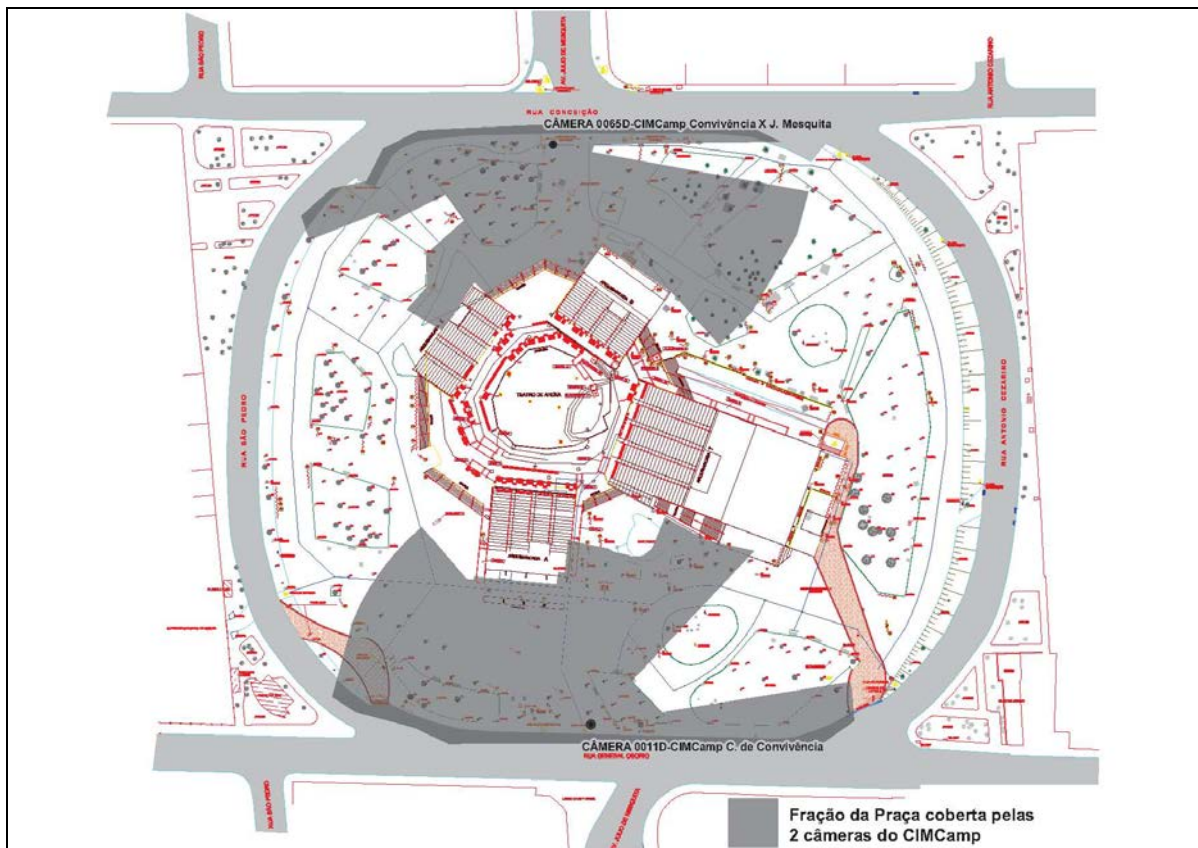
O objetivo do trabalho é investigar o efeito da instalação do ponto do Campinas Digital sobre o espaço do Centro de Convivência e, para tanto, foram observadas formulações teóricas sobre as circunstâncias temporais e espaciais do fenômeno e sobre processos semelhantes – períodos técnicos, sociedade informacional, espaços públicos intra-urbanos, intervenções urbanas – e também a análise empírica do caso concreto.

Para estabelecer a relação entre o uso da internet *Wi-fi* instalada na praça e a apropriação que a população faz do equipamento, foi estabelecida a comparação entre o

número de pessoas na praça e o número de acessos à rede pelo Campinas Digital. Essa comparação foi feita pela sobreposição do número de pessoas contadas em imagens de uma fração da praça e dados obtidos pelo monitoramento do ponto de acesso à internet, durante uma semana, em intervalos de quatro em quatro horas.

A mensuração do uso do espaço em diferentes horários de uma mesma semana foi feita a partir de imagens captadas por duas câmeras de monitoramento instaladas em dois pólos da praça, que cobrem seus principais acessos e oferecem imagens da apropriação desse espaço pelos cidadãos. A figura abaixo é a planta da Praça e do Centro de Convivência registrada na Prefeitura Municipal de Campinas. Em cinza, a fração da Praça coberta pelas imagens das duas câmeras do CIMCamp.

Figura 3: Fração da Praça cobertura pelas câmeras do CIMCamp



Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento – PMC

Entre as pessoas que se pode verificar em trânsito sobre o espaço, foram consideradas apenas aquelas que interagem com a praça, caminhando, correndo, convivendo com as pessoas, sentadas em um dos bancos ou passeando pela Feira de Artesanato. Fez-se então a distinção entre a fruição – o uso da praça – e a fluidez – o trânsito sobre o solo, conforme a imagem.

Para exemplificar: as pessoas que aguardam o semáforo para atravessar a Rua General Osório, por exemplo, marcadas com o número 1 (Figura X), embora estejam sobre a praça, não interagem com ela nem tampouco com outras pessoas que a utilizam, fazendo do seu calçamento o mesmo uso que se faria de um passeio de outra edificação. Estas simplesmente fluem sobre a praça, sem se apropriar dela. As pessoas marcadas com o número 2, embora nada prove que tenham ido à praça para passear ou para conviver, caminham lentamente em dupla, longe do traçado de quem supostamente “passa pela praça”. Estão assim fruindo do espaço, e foram contabilizadas como usando a fração da praça coberta pela câmera.

Figura 4: Fruição da praça e fluência sobre praça



Fonte: Central Integrada de Monitoramento de Campinas – CIMCamp

Os dados relativos ao acesso de usuários ao Campinas Digital foram disponibilizados pelo setor de Gestão da Infraestrutura da Informática de Municípios Associados S/A, empresa que fornece o acesso para a Prefeitura e que faz o acompanhamento eletrônico em tempo real de seu uso.

Atualmente, aos sábados e domingos a praça recebe uma feira de artesanato, quitutes e de antiguidades, o que aumenta sua ocupação, conforme Tabela 1, e o potencial do ponto de internet banda larga livre sem fio ali instalado, sem entretanto alterar significativamente a sua utilização.

A constatação da inexistência de relação entre a presença de pessoas na praça e o acesso à internet pelo ponto *Wi-fi* ali instalado desconstrói o argumento usado para a seleção deste ponto, e nos leva a buscar na literatura sobre gestão de espaços públicos intra-urbanos

e sua gestão as verdadeiras razões dessa escolha. Nesse sentido, nos forneceram importantes subsídios os estudos de Flávio Villaça, Ângelo Serpa, Lélia Mendes de Vasconcellos, Maria Cristina Fernandes de Mello, acerca de equipamentos da mesma categoria e fenômenos semelhantes.

5. Discussão dos resultados e conclusão

Através da análise do fluxo de pessoas sobre a praça onde situa o ponto do Campinas Digital e do número de acessos à internet pelo *Wi-fi*, em diferentes horários, pode-se constatar que a disponibilização do ponto em nada altera a apropriação da praça pela população da cidade. O inverso tampouco ocorre. O fluxo de pessoas sobre a praça também não interfere no uso do ponto de acesso, uma vez que os picos de acesso ocorrem em dias e horários distintos dos momentos de grande fluxo de pessoas no espaço.

Para a compreensão dos mecanismos de escolha dos espaços urbanos a ser valorizados com a implementação de equipamentos – que redundam enfim no real porquê de ser o Centro de Convivência Cultural, no Cambuí, o palco do primeiro ponto do programa – fez-se necessária a qualificação do espaço. Eis que as impressões que havia sobre as particularidades se confirmaram nas fontes primárias e nas análises documentais.

Procedeu-se então, após uma breve contextualização histórica do espaço, a análise dos microdados da amostra do Censo Demográfico do IBGE de 2010. Esses microdados vieram corroborar a tese das entidades ligadas à especulação imobiliária e confirmar a hipótese de trabalho de se tratar de um bairro “nobre”, de solo valorizado, com crescente presença do setor terciário e de serviços e domicílios cujos responsáveis tem renda maior do que a média da cidade.

De volta ao problema central do artigo: O acesso livre à internet, enfim, faz um espaço público mais público?

Segundo Villaça (2009), a segregação é o processo por meio do qual “a classe dominante controla o espaço urbano, sujeitando-o aos seus interesses” (p. 359). A iluminação, hoje, ainda é uma instrumento de controle do espaço pela classe dominante, através da sua valorização

Em lugar de uma praça onde qualquer cidadão possa acessar a internet em banda larga gratuitamente, temos um espaço equipado com uma moderna, e cara, ferramenta tecnológica a valorizar ainda mais o solo do Cambuí e servir indiretamente aos proprietários de imóveis do entorno.

Nesse contexto, coloca-se por fim a oportunidade de apontar caminhos para que o acesso à informação através da internet seja disponibilizado à maior parcela possível da população sem entretanto que suas ferramentas se transformem em elementos de segregação de qualquer espécie. Nesse sentido, parece—nos que o caminho, único, a ser trilhado pelo governo municipal no sentido de mitigar a segregação socioespacial começa necessariamente pela correção no rumo de seus investimentos.

A disponibilização de uma conexão livre e de qualidade com a internet é sim um fator fundamental para a democratização do acesso à informação e às novas formas de organização social e intervenção no Estado. Entretanto, o acesso a este ponto livre não pode estar sujeito, por exemplo, ao custo do deslocamento a um bairro central, ou a outras barreiras de qualquer ordem.

Para que o efeito democratizante que justificou o investimento se realizasse, o ponto do Campinas Digital teria que atingir as pessoas que não dispusessem de outra forma de acesso à internet. Caso contrário, o Campinas Digital funcionaria (funciona) como uma facilidade e, no caso em tela, facultada a uma parcela da população que dela não depende senão para a valorização do solo urbano.

6. Bibliografia

LÉVY, P. 1999. *Cibercultura*, São Paulo, Editora 34.

SANTOS, M. 1996. *Técnica espaço tempo – Globalização e meio técnico-científico informacional*, São Paulo, Editora Hucitec.

SERPA, A. 2009. *O espaço público na sociedade contemporânea*, São Paulo, Contexto.

VASCONCELLOS, L. M. & MELLO, M. C. F. *Re: atrás de, deopis de...*, in VARGAS, Heliana Comin e CASTILHO, Ana Luisa Howard (orgs.) 2009, *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados*, Barueri, SP, Editora Manole.

VILLAÇA, F. 2001. *Espaço intra-urbano no Brasil*, São Paulo, Studio Nobel/Fapesp/Lincoln Institute.

Online:

IMA, 2011. *Aumenta o número de acessos ao Campinas Digital*. Portal da Informática de Municípios Associados S/A [online] Available:

<http://www.ima.sp.gov.br/noticias/aumenta-numero-de-acessos-no-campinas-digital>

[accessed 02 de outubro de 2012]

LEMOS, A. 2006. *O que é cidade digital?*. Guia das Cidades Digitais [online] Available: <http://www.guiadascidadesdigitais.com.br/site/pagina/o-que-cidade-digital> [accessed 20 de outubro de 2012].

MALAVOLTA, A. 2008. *Centro de Convivência: de Passeio Público a Complexo Cultural*. Portal da Orquestra Sinfônica Municipal de Campinas [online] Available: <http://www.osmc.com.br/secao.asp?i=34&c=327> [accessed 21 de outubro de 2012].

SECOVI, 2008. *Campinas tem o metro quadrado mais caro do Interior do Estado*, Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo [online] Available: <http://www.secovi.com.br/noticias/campinas-tem-o-metro-quadrado-mais-carro-do-interior-do-estado/1395/> [accessed 07 de novembro de 2012]